

Rádios comunitárias e desenvolvimento sustentável: mapa digital como prospecção de cenário da comunicação comunitária em áreas de conflito socioambiental na Amazônia¹

Rosane Maria Albino Steinbrenner²

Brunella Lago Velloso³

Larissa Carreira da Cunha⁴

Universidade Federal do Pará, UFPA

Resumo

O presente trabalho apresenta o mapeamento digital de rádios comunitárias na Amazônia Legal, realizado no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Mídia Cidadã e Desenvolvimento Sustentável: mapeamento e estudo das rádios comunitárias em áreas de potencial conflito socioambiental na Amazônia”. Foram mapeadas 498 emissoras licenciadas em 436 municípios amazônicos, identificando-se também a existência, nestes municípios, de Unidades de Conservação, Terras Indígenas e de Usinas Hidrelétricas. O estudo teve como premissa o papel da comunicação comunitária como espaço potencial de contra hegemonia midiática e o consequente fortalecimento do protagonismo de grupos locais nas decisões que afetem seu bem-estar, capaz de contribuir assim para a conservação socioambiental e a sustentabilidade dos territórios onde se insere.

Palavras-chave: mapa digital, rádios comunitárias, desenvolvimento sustentável, Amazônia.

Introdução

O presente trabalho busca apresentar o mapeamento digital de rádios comunitárias nos nove estados da Amazônia Legal, realizado no âmbito do projeto de pesquisa financiado pelo CNPq⁵ e intitulado “Mídia Cidadã e Desenvolvimento Sustentável: mapeamento e estudo das rádios comunitárias em áreas de potencial conflito socioambiental na Amazônia”. O estudo teve como premissa o papel da comunicação comunitária como

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade, durante o V Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, professora adjunta da Faculdade de Comunicação da UFPA, doutorado em Desenvolvimento Socioambiental do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA, email: nani.steinbrenner@gmail.com

³ Jornalista e pesquisadora colaboradora do projeto “Mídia Cidadã e Desenvolvimento Sustentável”, email: brunellavelloso@gmail.com

⁴ Publicitária, pesquisadora da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia (IPPA/NAEA), mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA, email: larrisacarreirac@gmail.com

⁵ Projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico - CNPq (Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES-18/2012), coordenado pela profa. Dra. Rosane Steinbrenner (UFPA).

espaço potencial de contra-hegemonia midiática e consequente empoderamento de grupos locais nas decisões que afetem seu bem-estar, capaz de contribuir, portanto, pela apropriação cidadã e usos sociais dos meios de comunicação, para a conservação socioambiental e a sustentabilidade dos territórios onde se insere.

A noção de sustentabilidade⁶ a que se refere este estudo vincula-se à ideia mais ampla e complexa do equilíbrio duradouro entre a humanidade e o seu ambiente, integrada à ideia de um desenvolvimento sustentável em sua perspectiva multidimensional, ou seja, que em sua formulação busca integrar várias dimensões – a ambiental e econômica, mas também a social e cultural. Diz respeito também ao local como palco central da territorialidade e à endogenia como vetor do desenvolvimento, isto é, pressupõe o protagonismo dos atores locais como fator central na construção de um desenvolvimento humano local sustentável.

O termo socioambiental por sua vez, entendemos como Eli da Veiga (2007), não se tratar de um simples neologismo que remete a um conceito abstrato, cada vez mais utilizado em diversos setores, mas uma “unidade de contrários”, cuja unificação do termo (sócio + ambiental) indica um movimento político e o surgimento, ainda que a passos lentos, de uma nova relação entre natureza e cultura. Para o autor, falta justamente um olhar socioambiental sobre a realidade em que vivemos, um olhar no qual homem e natureza sejam indissociáveis e que as soluções para as questões sociais e ambientais sejam integradas.

Ao trazer as rádios comunitárias licenciadas em municípios amazônicos como elemento central de um mapeamento digital de caráter socioambiental, o que se quer é colocar em cena a dimensão estratégica, ainda que ideal e potencial, da comunicação comunitária na concepção e ações do desenvolvimento para a região amazônica. A ideia é revelar um cenário dinâmico, a partir das variáveis selecionadas, que ajude a compreender o papel que as rádios comunitárias podem exercer no palco das disputas, presentes e futuras, pelo uso dos recursos naturais na Amazônia e, quiçá, favorecer políticas públicas ou ações que fortaleçam os meios comunitários e o protagonismo local nos embates discursivos que

⁶ Tal noção, mais ampla e integral de sustentabilidade se acha pautada desde a I Conferência do meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972, quando foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Naquele momento a noção de sustentabilidade já trazia a ideia de complexidade e transversalidade, apresentadas especialmente no conceito de “codesenvolvimento” de Ignacy Sachs (2004) abrigoando em seu tripé, a noção de sustentabilidade a partir da eficiência econômica, prudência ecológica e equidade social. Foi a partir dessa noção mais integral que se originaram as bases e os esforços para a construção do conhecido Relatório Brundtland (1987), com a definição mais citada até hoje de desenvolvimento sustentável, concebido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

decorrem do modelo de desenvolvimento para a região. Uma região megadiversa, biológica e etnicamente falando, território singular duplamente periférico - chamado de ‘periferia da periferia’ - por seus baixos indicadores sociais⁷ e pelo histórico isolamento, explorada historicamente como um gigante natural por uma visão exógena a partir de interesses externos, nacionais e internacionais.

O mapa digital em si apresenta como perspectiva o dimensionamento de tais potencialidades, por meio do cruzamento, por município, da localização das rádios comunitárias licenciadas pelo Ministério das Comunicações, num total de 498 emissoras (MINICOM, 2015) em 436 municípios amazônicos, com duas variáveis reconhecidamente essenciais à conformação e preservação da megadiversidade étnica e ambiental da região – as Unidades de Conservação (UC), incluindo seus dois tipos de uso, sustentável e de proteção integral, e as Terras Indígenas (TI), decretadas, homologadas e em estudo. Como terceira variável, o mapa inclui também as Usinas Hidrelétricas (UHE) - em funcionamento, em construção ou já previstas nos rios da Bacia Amazônica – que estão localizadas em municípios amazônicos onde existem rádios comunitárias licenciadas. As UHE fazem parte do Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC) na região, e inserem de forma direta realidades emblemáticas de conflito em torno do uso dos recursos naturais e seus efeitos socioambientais.

O mapeamento digital foi realizado utilizando softwares livres de georreferenciamento com gerenciador de conteúdo web wordpress juntamente com o tema “Mapas de vista”, permitindo a visualização dinâmica dos dados da pesquisa.

1. O projeto de pesquisa

O projeto de pesquisa “Mídia Cidadã⁸ e Desenvolvimento Sustentável: mapeamento e análise de rádios comunitárias em áreas de pressão socioambiental na Amazônia”, foi finalizado no final de junho e contou com duas etapas de coleta e análise de dados com metodologias distintas. A primeira etapa da investigação, de caráter mais quantitativo,

⁷ Os dez piores índices de Desenvolvimento Humano (IDH) entre municípios brasileiros são da região amazônica, na lanterna desde 2012 o município de Melgaço, na Ilha do Marajó. Também o pior PIB per capita do país está na mesorregião do Marajó, o município de Curalinho (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2>> Acesso em: 18 jun 2015.

⁸ A mídia cidadã a qual se refere o estudo deve ser entendida como o meio comunicativo que se origina e/ou desenvolve-se como um projeto político-cultural capaz de promover cidadania na comunidade onde atua, sendo assim capaz de gerar consciência política e mudanças sociais na sua comunidade, seja ela geográfica ou movida por afinidades.

consistiu na fase de mapeamento e identificação do cenário de pesquisa, na qual foram levantados e cruzados dados secundários de:

- 1) Emissoras comunitárias licenciadas pelo governo em municípios dos nove estados que formam a Amazônia Legal⁹ – Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Roraima e parte do Maranhã (a Oeste do Meridiano, 44°O), de acordo com dados secundários obtidos junto aos sites do Ministério das Comunicações (2015) e da Anatel (2015)¹⁰;
- 2) Unidades de Conservação (UC) existentes, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente¹¹ (Junho/2015);
- 3) Terras Indígenas (TI) criadas ou previstas, de acordo com dados do *site* da FUNAI¹² (Junho/2015);
- 4) Usinas Hidrelétricas (UHE) em obras, previstas e em funcionamento, conforme dados disponibilizados pelo *site* do Programa de Aceleração do Crescimento¹³ (jun/2015).

A partir do levantamento de dados secundários junto à Anatel também se verificou a posição das rádios comunitárias no campo midiático local, ou seja, se disputam audiência com outros meio massivos eletrônicos (Rádios comerciais em Ondas Médias, Frequência Modulada, Ondas Curtas e Ondas Tropicais e Retransmissoras (RTV) e Repetidoras de TV (RPTV), ou se por acaso se constituem em única emissora de rádio no município para a produção de informação sobre a realidade local .

⁹ Definida pela Lei 1806 de 1953 que criou a SPVEA (Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia) - definição que se mantém até hoje - a Amazônia Legal ou Amazônia Brasileira inclui os sete estados da região e mais o estado de Mato Grosso e parte do Maranhão (a Oeste do Meridiano 44), num total de 773 municípios amazônicos, que representam 13,83% do total dos municípios brasileiros.

¹⁰ As rádios comunitárias mapeadas pela pesquisa são as que possuem Licença Definitiva e Licença Provisória, em todas as suas fases. Disponíveis em <http://www.mc.gov.br> e <http://sistemas.anatel.gov.br/srd> Acessado em junho de 2015.

¹¹ Foram consideradas as Unidades de Conservação pertencentes às três esferas administrativas (municipal, estadual e federal), em todas as categorias de manejo (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Estação Ecológica, Floresta, Monumento Natural, Parque, Refúgio de Vida Silvestre, Reserva Biológica, Reserva Extrativista, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva de Fauna). Disponíveis em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>. Acessado em junho de 2015.

¹² Para o mapeamento das Terras Indígenas foram consideradas as quatro modalidades (Tradicionalmente Ocupadas, Reserva indígena, Terras Dominais e Interditadas). Das Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas, foram consideradas todas as fases: Em Estudo, Delimitadas, Declaradas, Homologadas, Regularizadas e Interditadas. Da modalidade Reservas Indígenas, foram mapeadas as duas fases: Encaminhadas com Reserva Indígena (RI) e Regularizadas. Disponíveis em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> Acessado em junho de 2015.

¹³ O estudo considerou os projetos de Usinas Hidrelétricas incluídos no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com obras concluídas, em operação e em fase de ação preparatória. Disponíveis em <http://www.pac.gov.br/energia> Acessado em junho de 2015.

Inicialmente o projeto previa a inclusão também de Territórios Quilombolas, incluídos recentemente (2006) na condição de Áreas Protegidas e que já chegam ao número impressionante de 856 áreas certificadas na Amazônia¹⁴. Da mesma maneira, previa a inclusão de outras obras de alto impacto na região, além das usinas hidrelétricas, como rodovias ou projetos de mineração, porém tais dados não foram incluídos na análise da pesquisa e no mapa digital em função do volume total de dados em relação ao fator tempo do projeto, e principalmente pela situação de acirramento em torno do projeto hidrelétrico do governo para a região, especialmente sinalizadas pelas obras de Belo Monte e do complexo do Tapajós, que afetam de forma especialmente brutal as populações indígenas. Todavia, em função da característica dinâmica do mapeamento digital, também chamado de cartografia digital, é possível a inclusão permanente de novos dados e variáveis. Construído no wordpress, aplicativo de gerenciamento de conteúdo *web*, atualmente o mapa está em fase de finalização, abrigado na seguinte plataforma da internet: <www.produtoracolaborativa.com.br/maparadios>.

Um mapa digital consiste em uma imagem virtual que apresenta um conjunto de informações georreferenciadas. Para esta pesquisa, optamos pelo tipo chamado mapa inteligente, que se diferencia por abrigar informações atualizadas e detalhadas, que contribuem para facilitar e melhorar planejamentos e ações.

Na segunda fase da pesquisa, de caráter exploratório e qualitativo por estudo de caso (YIN, 1994), foram selecionados, a partir do mapeamento concluído na fase anterior, quatro casos de emissoras comunitárias licenciadas e em funcionamento em localidades amazônicas afetadas por Usinas Hidrelétricas e que também abrigam em seus territórios Unidades de Conservação e Terras Indígenas – três na área afetada direta e indiretamente por Belo Monte – rádio comunitária nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo – e uma emissora na região do Complexo do Tapajós – a rádio comunitária do município de Itaituba, região Oeste e Sudoeste do Pará respectivamente. O objetivo do trabalho de campo, que incluiu coleta de dados por meio de entrevistas, observação e escuta da programação, foi verificar se e como essas emissoras produzem informação sobre as situações de impacto socioambiental que afetam ou venham a afetar sua localidade ou região.

¹⁴ Fundação Cultural Palmares (2015), entidade responsável pela certificação dos Territórios Quilombolas (www.palmares.gov.br).

Esta segunda etapa, que não integra este artigo, terá seus resultados disponibilizados num site sobre Mídias Alternativas e Comunitárias na Amazônia (MACAM)¹⁵, atualmente em fase de construção, que abrigará também o mapa digital.

2. Amazônia megadiversa em foco

A Amazônia Legal, definida por critérios administrativos para fins de planejamento no final dos anos 50 (Lei 1806/53), e adotada como referência neste estudo, inclui os sete estados da região Norte e mais o estado de Mato Grosso e parte do Maranhão (a oeste do Meridiano 44), com uma área total de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, o que representa cerca de 60% do território nacional, onde vive uma população aproximada de 22 milhões de habitantes num total de 772 municípios (13,83% do total dos municípios brasileiros) - 68,9% residentes na área urbana, a maior parte residente em metrópoles e cidades médias - e 31,1% na área rural. Uma população altamente heterogênea étnica e culturalmente - dentre a qual ribeirinhos, centenas de grupos indígenas e de povoados quilombolas.

É considerada uma região heterogênea e megadiversa¹⁶, o que significa dizer que abriga um volume de biodiversidade que é fundamental para todo o planeta. A floresta amazônica representa mais da metade das florestas tropicais úmidas do planeta, onde se concentram 54% das espécies de plantas, 73% das de mamíferos e 80% das de aves existentes no território nacional. Possui ainda o rio mais extenso do mundo, o Amazonas, e a maior bacia hidrográfica do planeta, que contribui com 20% de toda a água doce que flui dos continentes para os oceanos (GEOAMAZÔNIA, 2010).

A existência de Áreas Protegidas na Amazônia, que incluem Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas, é considerada a principal ferramenta de preservação de tamanha diversidade biológica, étnica e cultural da região. Estudos mostram que elas têm sido eficazes contra o desmatamento na Amazônia Legal (IMAZON), porém sofrem ameaças e pressões diversas - a instalação de projetos de infraestrutura, em especial hidrelétricas e as invasões e conflitos fundiários, que têm

¹⁵ O site em construção (<http://projetomacam.net>) é uma proposta de articulação temática e integração do conhecimento a partir de projetos de pesquisa, ensino e extensão, sobre comunicação comunitária e alternativa na Amazônia, coordenados pelas professoras doutoras Rosane Steinbrenner e Celia Trindade Amorim, da Universidade Federal do Pará (UFPA).

¹⁶ Dados da FUNAI (IBGE 2010) computam 204 grupos indígenas na Amazônia. Já o projeto Nova Cartografia Social Brasileira mapeou mais de mil comunidades quilombolas na Amazônia Legal. São 750 comunidades no Maranhão, mais de 400 no Pará, quase 100 no Tocantins e dezenas no Amapá e no Amazonas, além de Rondônia.

provocado iniciativas para reduzir ou retirar a proteção legal (desafetação) de Áreas de Proteção na região¹⁷.

2.1. Áreas Protegidas: Unidades de Conservação e Terras Indígenas na Amazônia

Em 2000, a Lei 9.985, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) que estabelece as normas para criação e gestão das Unidades de Conservação (UC) existentes no país. Em 2002, o governo federal criou o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), que se insere no contexto da delimitação de determinados espaços territoriais com seus respectivos recursos ambientais, aos quais devem ser destinados cuidados específicos de proteção da sua população tradicional e de seu patrimônio biológico, como a principal alternativa de conservação da natureza do país (VERISSIMO *et al*, 2011).

Originalmente, somente as UCs eram consideradas Áreas Protegidas, porém, a partir de 2006, o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) incluiu neste conceito os Territórios Quilombolas e as Terras Indígenas (TI) (Decreto n.º 5.758/2006). Estas últimas consistem em porções do território nacional, de propriedade da União, habitada e de uso exclusivo de um ou mais povos indígenas que as utilizam em suas atividades produtivas¹⁸.

Em dezembro de 2010, as Áreas Protegidas na Amazônia Legal somavam 2.197.485 quilômetros quadrados (km²), ou 43,9% da região, ou ainda 25,8% do território brasileiro. Desse total, as Unidades de Conservação (federais e estaduais) correspondiam a 22,2% do território amazônico enquanto as Terras Indígenas homologadas, declaradas e identificadas abrangiam 21,7% da mesma região¹⁹.

Conceitualmente, tanto a criação de UC quanto a demarcação de TI tem como objetivo comum a preservação ambiental nos locais de sua abrangência e o estímulo à prática sustentável do uso da terra, sendo a segunda voltada para garantia dos direitos de populações indígenas. Entre os principais papéis das Áreas Protegidas, a diminuição do desmatamento e da emissão de gases de efeito estufa, preocupações a nível mundial, são algumas das funções atribuídas, especialmente às Unidades de Conservação.

¹⁷ Segundo estudo do IMAZON (1995-2013), até junho de 2010, cerca de 5 milhões de hectares de APs haviam sido desafetados e outros 8,6 milhões eram objeto de projetos de leis e ações judiciais para tirar a proteção legal das áreas protegidas.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoed/demarcacao-de-terras-indigenas>> Acesso em: 15 jul 2015

¹⁹ Disponível em: <<http://imazon.org.br/areas-protegidas-na-amazonia-brasileira-avancos-e-desafios-2/>> Acesso em: 21 jul 15

Dados apontam que, entre 2003 e 2006, a criação de 485 mil quilômetros quadrados de Áreas Protegidas na Amazônia, que incluem UC e TI, teria contribuído para reduzir em 37% a taxa de desmatamento no período (SOARES-FILHO *et al*, 2010 *apud* VERISSIMO *et al*, 2011). Além disto, entre 2005 e 2012, o Brasil teria reduzido em 38% as emissões de gases de efeito estufa (SEEG/OC, 2014 *apud* VERISSIMO *et al*, 2011).

No entanto, apesar das contribuições que a criação destas áreas representam para a diminuição dos números do desmatamento no país, contraditoriamente diversas Unidades de Conservação não estão cumprindo totalmente seus papéis, e ainda vem sendo foco de desmatamento. Uma pesquisa do IMAZON revelou que entre agosto de 2012 e julho de 2014, 10% dos 1.531.000 hectares desmatados na Amazônia, pertenciam a 160 Unidades de Conservação (VERISSIMO *et al*, 2011). Em geral, as UC's que mais sofrem com o desmatamento são as que ficam localizadas em áreas de influência de grandes projetos e obras de infraestrutura como a construção de rodovias e especialmente de hidrelétricas, ocasionando o aumento do fluxo migratório que, juntamente com a pouca eficiência de fiscalização, acabam por facilitar a exploração ilegal e apropriação de terras em UC's. Evidencia-se, portanto, uma clara disputa e contradição entre duas grandes políticas, de um mesmo governo, ambas com foco sobre a região amazônica: a de proteção da biodiversidade e a de produção de energia. Setores estratégicos, nos quais as decisões em geral carecem de transparência e debate público.

2.2. O projeto hidrelétrico para a região

Nas décadas de 1960-70, o Brasil definiu seu modelo para geração de energia e priorizou a hidroeletricidade como principal fonte geradora, desencadeando a construção de várias barragens que deram ao país uma matriz com cerca de 91% de energia hidráulica (FONSECA, s/d). Para a Amazônia, em razão do grande potencial representado pela maior rede hidrográfica do planeta, foram então projetados inúmeros reservatórios, sendo um de grande porte, Tucuruí, no Sudeste do Pará, concluída em 1984 e que se tornou a maior obra pública da história da Amazônia, entre as cinco maiores do país em todos os tempos e também entre as mais caras de todo o mundo (PINTO, 2012). Se a usina de Tucuruí se tornou emblema do modelo desenvolvimentista de alto impacto que se impõe ao país desde a era Vargas, acrescido do autoritarismo do regime militar, marcado pelo descaso do governo com os efeitos das grandes obras de infraestrutura sobre as populações humanas e o meio ambiente na região, o projeto do atual governo de construção de hidrelétricas na Amazônia parece padecer do mesmo mal.

Atualmente, são 23 grandes hidrelétricas que integram a lista dos Planos Decenais de Energia de 2020 a 2023 (13 delas constam da previsão atualizada do PAC (presentes neste estudo), projetos que em conjunto acenam com uma nova configuração ambiental, social e territorial para a região amazônica. Na região do Tapajós, oeste do Pará, há um processo de planejamento de cinco hidrelétricas em uma das áreas mais preservadas do país. O projeto das hidrelétricas de São Luiz do Tapajós e Jatobá já estão com os estudos de impactos ambiental e viabilidade econômica finalizados.

Segundo diversos estudos, como no caso do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2015, s/p), os impactos da construção de grandes hidrelétricas são muitos e já conhecidos, entre os quais, os ocasionados pelos impactos migratórios gerados pela atração direta de trabalhadores e indireta de pessoas em busca de oportunidades - que irão sobrepor-se a “um quadro de alta precariedade no acesso a bens e serviços públicos (saúde, educação, saneamento, moradia, alimentação, entre outros) e de pressões de diversas ordens sobre os recursos naturais” - e os impactos socioambientais causados pela interferência direta e indireta das obras em Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas.

Não existem cálculos do aumento populacional esperado diante do conjunto das hidrelétricas previstas até agora na Amazônia, assim como não existe qualquer estimativa dos impactos sociais e ambientais decorrentes do fluxo migratório (INESC, 2015). Belo Monte é o exemplo mais dramático dessa falta de planejamento. O município de Altamira, no Oeste do Pará, região da Transamazônica – outra obra emblemática de alto impacto na região - sede administrativa da obra, que em 2010 tinha cerca de 100 mil habitantes, viu sua população subir para mais de 150 mil pessoas. Um dossiê publicado recentemente pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2015), mostra um cenário caótico em vários setores do município após o licenciamento da obra em 2011 e o início do processo de migração populacional. Tais denúncias, que vem sendo apontadas por ONGs ambientalistas, encabeçadas pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), agora também repercutem na mídia.

O governo, entretanto, ignora as denúncias, as críticas e os impactos já visíveis e previsíveis. Em contraponto, os investimentos no projeto hidrelétrico continuam sendo defendidos como estratégicos para a ampliação da geração de energia no país, e sua consequente importância para as dinâmicas econômicas do país. Como coloca o artigo do INESC (2015, s/p):

Beira ao absurdo que depois de tantas lições aprendidas no Brasil, ao longo de décadas, sobre os custos sociais, ambientais e econômicos de planejamentos “capengas e autoritários”, que miraram o crescimento a qualquer custo, o governo federal continue a reproduzir os mesmos paradigmas de planejamento e de crescimento. É urgente que se abra o debate sobre o atual planejamento de investimentos hidrelétricos do governo federal na Amazônia. Este debate diz respeito não somente às populações e territórios diretamente atingidos, mas a toda a sociedade brasileira.

É justamente esse debate público inclusivo, de todos os envolvidos e afetados pelas decisões de planejamento – coisa que não aconteceu em Belo Monte, onde não foram realizadas audiências públicas junto às populações indígenas atingidas - que as rádios comunitárias, como meios comunitários, alternativos à grande mídia e tradicionalmente vinculados aos segmentos populares e originados dos movimentos sociais, podem vir a favorecer.

2.3. As rádios comunitárias

Muitos grupos e indivíduos em todo o mundo têm descoberto que o rádio lhes permite controlar uma ferramenta de comunicação genuína que fomenta a criatividade e facilita o acesso popular. Assim o rádio tem sido durante mais de cinquenta anos, o instrumento mais atrativo para a comunicação participativa e considerado o meio ideal, em todo o mundo, para provocar mudanças sociais. Em cada região elas recebem uma denominação diferente, segundo o contexto sociocultural e jurídico do país onde se localiza. Rádio popular ou educativa na América Latina, rádio rural ou local na África, rádio pública na Austrália, rádio livre ou associativa na Europa e rádio comunitária no Brasil (STEINBRENNER, 2011)

Todos estes nomes descrevem o mesmo fenômeno: conseguir fazer-se ouvir e democratizar a comunicação na escala comunitária. Elas são reconhecidas, de forma geral e idealmente como meios de contra-poder, de expressão democrática e de pertencimento local (LEAL, 2007), com vistas a provocar a reinvenção de um modelo de comunicação de interesse público (PERUZZO, 1999).

Em termos quantitativos não há dúvidas de seu vigor. Em quase 17 anos, desde a aprovação da Lei da Radiodifusão Comunitária (Lei 9.612/98), o número de emissoras comunitárias FM, de baixa potência (até 25 wats) e reduzido alcance (1 km de raio), como exige a lei, vinculadas ao menos oficialmente a associações comunitárias sem fins lucrativos e registradas pelo Ministério das Comunicações (MiniCom), já chega a 4.701

rádios comunitárias, número que supera o de emissoras comerciais somadas²⁰. Um número que, na realidade, pelas contas de estudiosos e dos movimentos sociais, tende a ser até seis vezes maior. Estima-se que existam hoje entre 15 e 20 mil rádios comunitárias “não-legalizadas” em funcionamento no país (LIMA e AGUIAR LOPES, 2007). O número de rádios comunitários de fato em atividade é impreciso e difuso em função da clandestinidade imposta a inúmeras emissoras que praticam o exercício temporário e arriscado da rádio livre, expostas à fiscalização e apreensão de seus equipamentos por parte da Anatel e da Polícia.

Por outro lado, são muitas as pressões enfrentadas pelas emissoras, tanto para legalizarem-se quanto para se manterem no ar. As limitações impostas pela Lei 9.612 - de alcance, potência e frequência, de associação por meio de rede, além do modelo limitado de gestão financeira, que permite apenas o “apoio cultural” restrito a apoiadores com sede na localidade - somados a extrema burocracia do processo de legalização das rádios comunitárias, acabam por beneficiar as emissoras apadrinhadas por religiosos ou políticos²¹ ou que simplesmente reproduzem os modelos comerciais.

Isso finda por criar uma onda das chamadas “pseudo-comunitárias” (“picaretarias” ou “rádios de dono” como são chamadas) - emissoras que se constituem por interesse privado, reproduzem os formatos comerciais e não são abertas à participação da comunidade. Ou seja, o próprio contraditório do ideal de rádios comunitárias, que se definem como aquelas que têm “gestão pública, operam sem fins lucrativos e têm programação plural” (PERUZZO, 1999, p.253). Uma onda desviante que só pode ser combatida com políticas públicas de democratização da comunicação e que apóiam e promovam a radiodifusão comunitária no país.

3. Dados levantados e cenários revelados

3.1. Rádios Comunitárias na região: grande potencial de comunicação popular

Segundo dados do Ministério das Comunicações (jun. 2015), estão em funcionamento 498 rádios comunitárias licenciadas em mais da metade (56,4%) dos 772 municípios dos nove Estados que formam a Amazônia Legal, o que representa perto de

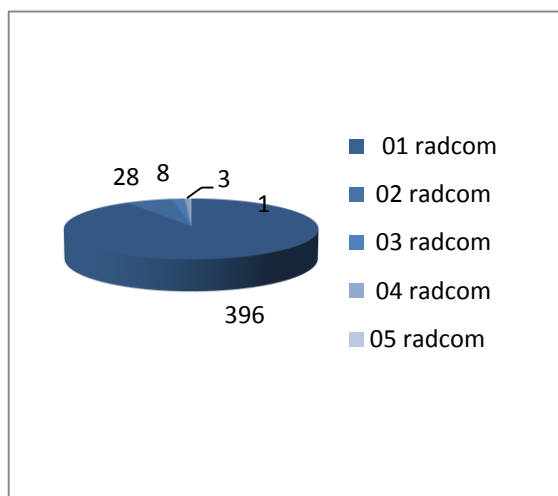
²⁰ Segundo dados do Ministério das Comunicações, de setembro de 2014, o sistema comercial de radiodifusão sonora, formado por emissoras em Frequência Modulada (FM), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC) ou Tropicais (OT), perfazia um total de 4.587 emissoras de rádio.

²¹ Estudo de Lima e Aguiar Lopes (2007) analisou 2.200 emissoras comunitárias outorgadas em todo o país pelo Ministério das Comunicações entre 1998 e 2004 e concluiu que 50,1% das rádios comunitárias autorizadas possui vínculo político e que isso influencia no andamento dos processos de autorização.

75% do total de emissoras comerciais na região²². Se considerarmos que 40% destas emissoras comunitárias na região, ou seja, 200 delas, não disputam audiência com rádios comerciais, pois são, segundo dados da Anatel (2015), a única emissora de rádio em seus municípios - capazes, portanto, de produzir informação sobre a realidade local no meio mais popular que existe até hoje - temos aí um cenário extremamente revelador do potencial estratégico da radiodifusão comunitária. Ainda mais estratégico em 65 municípios da Amazônia onde sequer há serviços de retransmissão ou repetição de sinais de som e imagem (TV), as rádios comunitárias constituindo-se, portanto, em único e exclusivo meio massivo eletrônico de comunicação na localidade.

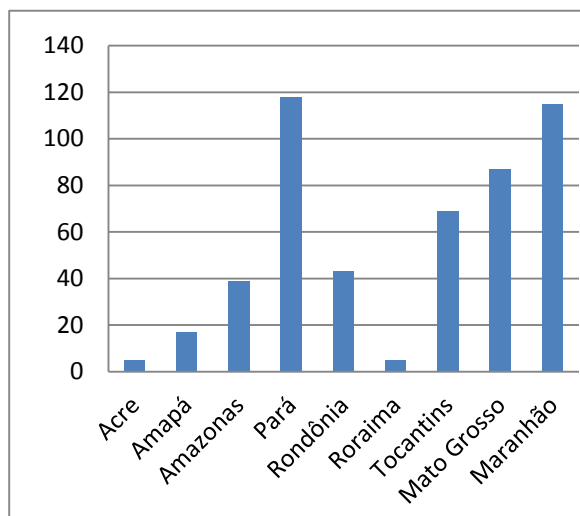
Os dados também mostram (Gráfico 1) que cerca de 90% dos municípios possuem apenas uma emissora licenciada, em 28 deles (6%) encontram-se licenciadas duas emissoras e somente nas capitais esse número ultrapassa três emissoras comunitárias licenciadas, chegando a cinco em Porto Velho (RO), maior número em toda a região. A exceção é Boa Vista (RR), única capital da região a não abrigar nenhuma rádio comunitária.

Gráfico 1: Número de Rádios Comunitárias por municípios na Amazônia



Fonte: Anatel, junho/2015

Gráfico 2: Rádios Comunitárias na Amazônia por Unidade da Federação



Fonte: Anatel, junho/2015

O Pará, com 118 emissoras licenciadas, e o Maranhão, na parte que integra a região amazônica, com 115 emissoras, são os Estados que possuem mais rádios comunitárias licenciadas, seguidos em ordem decrescente pelo Mato Grosso, com 86; Tocantins, com 68;

²² Segundo dados do Ministério das Comunicações de setembro de 2014, a radiodifusão sonora comercial na Região Norte, mais os estados do Mato Grosso e Maranhão, totalizavam 668 emissoras de rádio (386 FM, 241 AM, 03 OC e 38 OT). Disponível em: <<http://www.comunicacoes.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial>> Acesso em: 6 julho 2015

Rondônia, com 43; Amazonas, com 39; Amapá, 17 e por fim, Acre e Roraima com 05 emissoras cada (Gráfico 2).

Chama a atenção o Amapá, não pelo número de rádios comunitárias licenciadas, pois são apenas 17, mas pela proporção de municípios com radcom: quase a totalidade – 14 dos 16 dos municípios amapaenses – possuem rádios comunitárias, o que seria em si um dado promissor para se pensar, por exemplo, uma rede de comunicação popular no Estado, não pelas ondas eletromagnéticas, mas pela internet, já que a legislação da radiodifusão comunitária (Lei 9.612, Art. 16) não permite a formação de redes, um dos gargalos de limitação para o sistema de radiodifusão comunitário no país, em especial numa região de tão vastas dimensões.

3.2 Cruzando: dimensões e potencialidades reveladas

Das 498 rádios comunitárias licenciadas na Amazônia, 219 delas (43,9%) estão localizadas em município que possuem em seus territórios 296 Unidades de Conservação, distribuídas em maior número nos municípios do Pará (54), seguido do Maranhão (48) e do Amazonas (30) (Tabela 1).

Tabela 1: Rádios Comunitárias licenciadas na Amazônia Legal por Unidade da Federação localizadas em municípios com Usinas Hidrelétricas, Unidades de Conservação, Terras Indígenas

Unidade da Federação	Total Radcom	Total municípios com Radcom	Radcom + UHE	Radcom + UC	Radcom + TI	Radcom + UHE+UC+TI	Radcom única emissora de rádio local*	Radcom único meio massivo eletrônico**
AMAZONIA	498	436	29	219	152	14	200	65
Acre	5	5	0	4	4	0	0	0
Amapá	17	14	2	15	4	1	5	0
Amazonas	39	35	0	30	32	0	21	0
Pará	118	95	7	54	34	5	25	15
Rondônia	43	36	6	18	17	5	9	4
Roraima	5	5	0	3	3	0	2	0
Tocantins	69	68	3	25	4	0	45	25
Mato Grosso	87	77	10	22	42	3	22	5
Maranhão	115	101	1	48	12	0	71	16

FONTES: Rádios Comunitárias licenciadas (Licença definitiva (LDE) ou provisória (LPE): Ministério das Comunicações (jun/2015) - <http://www.comunicacoes.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radio-comunitaria>; Anatel (jun/2015) - <http://sistemas.anatel.gov.br/srd/>. Usinas Hidrelétricas (UHE) realizadas ou previstas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - (out./2014) - <http://www.pac.gov.br/energia/geracao-de-energia-eletrica/br/10>. Unidades de Conservação (UC): Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) - Ministério do Meio Ambiente (MMA) - <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>. Acessado em: jun/2015. Terras Indígenas (TI): Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - (<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>). Acessado em jun/2015. *Rádios Comunitárias como única emissora de rádio no município, ou seja, onde não há outras emissoras de rádio comerciais, em Amplitude Modulada ou Ondas Médias (OM), Frequência Modulada (FM), Ondas Tropicais (OT) e Ondas Curtas (OC): Anatel (jun/2015) - <http://sistemas.anatel.gov.br/srd/>. ** Rádios comunitárias como único meio massivo eletrônico, ou seja, em municípios onde não há serviços de geração (TV) ou retransmissão (RTV), ou outras emissoras de rádio comerciais (OM, FM, OC e OT): <http://sistemas.anatel.gov.br/srd/>

Em relação às Terras Indígenas, a partir do cruzamento de dados realizado pela pesquisa, verificou-se que um terço das rádios comunitárias (152) está licenciado em municípios que abrigam TIs, num total de 288 Terras Indígenas distribuídas em 131 municípios, praticamente a metade em municípios do Amazonas (143 TI), seguido do Mato Grosso (87 TI) e do Pará (68 TI). Para entender a diferença entre os números, é importante destacar que um mesmo município abriga muitas vezes mais de uma Terra Indígena ou Unidade de Conservação em seu território, lembrando que cerca de 10% dos municípios possui mais de uma rádio licenciada.

Ao cruzar todas as variáveis – Rádios Comunitárias, Usinas Hidrelétricas, Terras Indígenas e Unidades de Conservação – sinalizam-se as localidades com maior potencial atual ou futuro de eclosão de conflitos socioambientais pelo uso (ou não uso) dos recursos naturais. É justamente nesses territórios e sobre esses embates que a comunicação comunitária, voltada à cidadania e educação ambiental, podem fazer diferença.

Dentre os sete municípios com maior potência em termos de quantidade de unidades de variáveis entrecruzadas, o campeão é **Altamira**, com duas rádios comunitárias, 12 Terras Indígenas, 11 Unidades de Conservação e uma Usina Hidrelétrica em obras, Belo Monte, um dinamismo de conflitos, impasses e contradições há quase 40 anos. Na sequência vêm os municípios de **Itaituba** (PA) - 01 radcom, 02 UHE, 05 TI, 11 UC; **Porto Velho** (RO) - 05 radcom, 02 UHE, 03 TI, 14 UC; **Aripuanã** (MT) - 02 radcom, 01 UHE, 03 TI, 02 UC; **Almeirim** (PA) - 02 radcom, 01 UHE, 02 TI, 04 UC; **Laranjal do Jari** (AP) - 01 radcom, 01 UHE, 02 TI, 04 UC e **Nova Canaã do Norte** (MT) - 01 radcom, 01 UHE, 01 TI, 02 UC).

Chega, portanto a 14 o número de rádios comunitárias nestes municípios que abrigam todas as variáveis e, portanto, maior potencial de conflito. Apoiar estas emissoras com políticas públicas que lhes garantam condições de autonomia e independência em seu funcionamento seria um importante passo para promover mais informação e reflexão crítica sobre a realidade local, ampliando assim as possibilidades de maior participação dos grupos locais nas decisões que coloquem em risco a sustentabilidade de seu meio ambiente, seu bem estar e sua qualidade de vida.

Conclusão

As rádios comunitárias são um fenômeno de comunicação especialmente fértil e crescente em regiões periféricas do planeta. Entretanto, pelo mesmo motivo de atuarem em territórios periféricos a partir de iniciativas de grupos subalternos, as rádios comunitárias

muitas vezes não conseguem impactar a agenda política ou mesmo brigar pela audiência onde propagam seus sinais, gerando em si um paradoxo: constituem-se como fenômeno crescente, relevante social e politicamente, mas desconhecido do grande público, invisível para além de suas bases ou segmentos diretamente antagônicos e não reconhecido de fato pelos tomadores de decisão. A partir dos dados aqui apresentados, numa perspectiva socioambiental das rádios comunitárias na região amazônica, que estarão disponíveis de forma dinâmica em um mapa digital na internet, tem-se a expectativa de gerar maior compreensão e reconhecimento da importância e do papel que as emissoras comunitárias podem representar como instrumento de comunicação e educação cidadã na construção mais democrática e sustentável do desenvolvimento da Amazônia.

REFERÊNCIAS

- BRUNDTLAND. Relatório. Nosso Futuro Comum. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues#scribd>> Acesso em: 12 maio 2015.
- IMAZON. **Desmatamento em Áreas Protegidas Reduzidas na Amazônia** (1995-2013). Disponível em: <<http://amazon.org.br/desmatamento-em-areas-protegidas-reduzidas-na-amazonia/#ancora2>> Acesso em: 18 jun 2015.
- INESC. Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos em escala, planejamento em crise**. Junho de 2015. Disponível em: <<http://amazonia.inesc.org.br/artigos/hidreletricas-na-amazonia-impactos-em-escala-planejamento-em-crise-2/>> Acesso em: 6 jun 2015.
- LEAL, Sayonara. Radiodifusão Comunitária n Brasil: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: RAMOS, Murilo Cesar; SANTOS, Suzy (Org.). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus; 2007. p.377-404.
- LIMA, Venício A.; LOPES, Cristiano Aguiar. **Rádios Comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004). As autorizações de emissoras como moeda de barganha política**. Disponível em: <<http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/Coronelismo>>. Acesso em: 04 dez 2007
- PERUZZO, Cicilia M. K. **Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. ECO-Pós, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61.
- PINTO, Lúcio Flávio. De Tucuruá a Belo Monte: a história avança mesmo?. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.** [online]. 2012, vol.7, n.3, pp. 777-782. ISSN 1981-8122.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004
- STEINBRENNER, Rosane Maria Albino. **Rádios Comunitárias na Transamazônica: Desafios da comunicação comunitária em regiões periféricas**. 386 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém: 2011, UFPA.VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- _____. **A Emergência Socioambiental**. São Paulo: Editora Senac, 2007.
- VERÍSSIMO, Adalberto et al (Orgs.). **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios**. Belém: IMAZON; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.